

**“Toda essa Fazenda é assombrada!”: as agências de assombrações entre quilombolas em contexto de luta territorial<sup>1</sup>**

Claudivan Silva Soares (PPGA-UFBA/BA)

**Palavras-chave:** *quilombolas; assombrações; processos identitários.*

Dono de terras senhor, de quase três dezenas de fazendas entre o sertão e o sul baiano, abastado comerciante, investidor e filho de um escravocrata que viveu no século XIX do qual herdou o nome completo. O Coronel Plínio Tude era também “pessoa de fé”, católico, caridoso, casado e sem descendentes consanguíneos. Assim representa retalhos de historiografias, acerca desse homem, que viria a falecer em 1936. Conta-se em Jequitibá – município de Mundo Novo, centro-norte da Bahia – acerca do Coronel, que foi dono da Fazenda homônima no interior da qual essa mesma Comunidade<sup>2</sup> está localizada. Nas narrativas jequitibaenses, Plínio Tude de Souza é, como na historiografia, um rico senhor de vastas terras, casado e sem filhos. Pode ser representado como bondoso ou como poderoso homem que tinha pacto com o diabo. Sua referência, às vezes, serve como marcadora de um período: “*no tempo de Plínio Tude*”. Sua citação, ocasionalmente, aponta a antiguidade de um falecido ascendente: “*ele pegou a época de Plínio Tude*”. O Coronel Plínio Tude de Souza aparece nas estórias que saem da boca de mulheres e homens de jequitibaenses, para as risadas ou espantos de muitos, também, como um cavaleiro que anda à noite pela Fazenda, cuja agência, junto com outras que assombram os humanos da localidade, encanta Jequitibá.

Pretendo aqui tratar, justamente, dessas agências de assombrações, de que forma o conhecimento delas chegaram até mim e como elas existem, ou melhor, como algumas delas acontecem, segundo meus interlocutores da pesquisa que estou realizando para obtenção do título de mestre em antropologia. Ao abordar o modo que elas chegaram ao pesquisador, buscarei mostrar como serviram de elemento marcador de distinção mobilizado por jequitibaenses que reivindicam a identidade quilombola, e demandam ao Estado a delimitação e titulação territorial em favor da Comunidade. Posteriormente,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

<sup>2</sup> Comunidade aparece aqui como uma categoria utilizada pelos interlocutores da pesquisa.

apresentarei algumas narrativas com a intenção de melhor descrever as agências das assombrações de Jequitibá.

### **O pesquisador e as narrativas sobre assombrações**

O contato deste pesquisador com a Comunidade Jequitibá deu-se a serviço do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)<sup>3</sup>, especificamente, em trabalho voltado para a elaboração de relatório antropológico<sup>4</sup> com o objetivo de titular o território quilombola de Jequitibá. Os quilombolas jequitibaenses tinham aberto no INCRA, no ano de 2017, um processo administrativo para regularização do território por eles reivindicado, este sobreposto com a Fazenda Jequitibá, administrada por padres e monges católicos da ordem cistercienses – os *padres*<sup>5</sup> – representantes da proprietária Fundação Divina Pastora.

A reivindicação do grupo autoatribuído quilombola acontece em situação de conflito latente com as autoridades religiosas administradoras da propriedade<sup>6</sup>, que acaba ficando explícita e aberta quando um grupo de jequitibaenses, inseridos no movimento social CETA<sup>7</sup>, passa a discutir localmente a identidade quilombola e fazer a reivindicação pela titulação de terras em favor da Comunidade. Tal discussão e reivindicação não gerou um consenso entre os membros das famílias locais, de modo que alguns jequitibaenses se alinharam às autoridades religiosas, formando uma importante divisão política no interior da Fazenda.

É nesse contexto que em 2018 chego na região onde está localizada Jequitibá, para pernoitar na casa de uma das lideranças quilombolas e iniciar as pesquisas para o relatório antropológico. Para esse primeiro momento, tinha como objetivo fazer uma genealogia dos principais troncos familiares, e daí compreender a formação e o desenvolvimento da

---

<sup>3</sup> O INCRA é órgão de terras do governo federal e, entre outras funções, é responsável por regularizar territórios quilombolas. A Superintendência da Bahia conta em sua estrutura com o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, que dispunha, em 2019, de três servidores com especialização em antropologia, sendo estes os responsáveis por elaborar a maior parte dos itens de um relatório antropológico de uma comunidade quilombola.

<sup>4</sup> O relatório antropológico do INCRA é uma peça técnica, componente de um trabalho maior (o Relatório Técnico de Identificação de Delimitação do território quilombola), cujo principal objetivo é identificar um território a partir dos critérios de territorialidade dos próprios agentes quilombolas envolvidos.

<sup>5</sup> Termo êmico que engloba tanto os monges quanto os padres cistercienses que habitam no Mosteiro de Jequitibá.

<sup>6</sup> Durante a década de 1990 do século passado, houve um primeiro conflito entre as famílias de Jequitibá e os *padres*, que envolveu terra e as casas habitadas pelas famílias no interior da Fazenda. Com a mediação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mundo Novo, forjou-se um acordo entre os envolvidos, que manteve a maior parte dos jequitibaenses no interior do perímetro da propriedade, pacificando aparentemente as relações.

<sup>7</sup> CETA é a sigla do Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas.

Comunidade. Voltei minha atenção, planejamento e organização de trabalho para entrevistas que ajudassem a chegar a tal compreensão. Ao mesmo tempo, tinha em mente fazer uma comparação dos processos identitários de Jequitibá com os mesmos processos de uma comunidade quilombola de outra região da Bahia, da qual tinha iniciado a elaboração de um relatório antropológico, também em serviço pelo INCRA. A partir disso foi desenvolvida a ideia do que hoje é o objetivo da minha pesquisa do mestrado: compreender como, no processo de identificação étnica e de reivindicação territorial, os quilombolas de Jequitibá apresentam e mobilizam sinais diacríticos. A primeira narrativa sobre assombração surge, portanto, como algo inesperado e sem algum tipo de provocação direta por este pesquisador aos seus interlocutores.

Em um dia de julho de 2018, saindo da sede do município de Mundo Novo rumo ao Povoado da Estação, limítrofe à Fazenda Jequitibá, tinha eu como destino a casa do casal jequitibaense Lula e Juliana, com o qual conversaria para verificar se iniciaria naquele dia meus pernoites nas redondezas. Após cerca de vinte minutos de automóvel em uma estrada de chão, iniciada nas margens da rodovia asfaltada BA-052, cheguei junto com a equipe do INCRA (que além de mim, contava com um motorista e outro funcionário da autarquia) no Povoado. Na pequena garagem defronte à casa do casal, analisamos as possibilidades de início dos trabalhos técnicos e decidimos que eu ficaria na casa de Lula e Juliana, enquanto os outros dois membros da equipe do INCRA voltariam para a sede do município de Mundo Novo. Colocada a bagagem no quarto indicado pelos meus anfitriões, feitas as despedidas dos meus colegas de trabalho, Juliana oferece um pequeno banco de madeira para me acomodar no início da garagem e, após varrer a poeira do chão, senta à minha frente exclamando com os olhos arregalados em um tom que sugeria mistério: *“Toda essa Fazenda é assombrada!”*. Ela então me contou algumas situações de assombrações que ocorriam pelo território de Jequitibá.

Nos dias que se seguiram, entre uma conversa informal e outra, alguns jequitibaenses falavam rapidamente dos assombros locais, porém, não sem empolgação. Essas narrativas, incluindo a conversa com Juliana na garagem de sua casa, me chegaram como algo que deveria ser contado ao antropólogo, funcionário do Estado. Isso quer dizer que apesar de eu não ter feito, inicialmente, provocações acerca do tema das agências das assombrações, a minha presença instigava essas narrativas, como algo que deveria ser contado ao pesquisador que estava ali para saber coisas sobre Jequitibá. As narrativas sobre as agências das assombrações eram, nesse sentido, algo que comunicava ao *de fora* algo marcante da Comunidade, específico, ao mesmo tempo em que “digno” do

conhecimento do antropólogo. Além das narrativas que me chegavam fora de um contexto de entrevista, duas senhoras de mais de 60 anos mencionaram, em suas falas durante uma entrevista semiestruturada, também alguns fatos misteriosos ligados à história da Fazenda Jequitibá. Essas falas, contudo, não pareciam mostrar uma necessidade de comunicar ao antropólogo elementos da especificidade jequitibaense.

Apenas em outro momento, após o afastamento do campo *in loco*, já como estudante do mestrado, passei a considerar as agências das assombrações como algo relevante para a pesquisa<sup>8</sup> e, com isso, a fazer algumas elaborações. A primeira é que determinadas narrativas sobre esse tema me chegaram “espontaneamente”, ou seja, apesar delas não serem o resultado da provocação direta pesquisador, a presença do pesquisador as provocou como uma necessidade. A segunda, é que sendo um elemento destacado pelos agentes mais envolvidos na autoatribuição quilombola e na demanda por titulação do território, para marcar a especificidade jequitibaense junto a um “*de fora*”, as assombrações e suas agências acabam compondo um dos sinais diacríticos no processo de autoidentificação étnico-quilombola por esses agentes. Essa segunda elaboração só pôde ser feita a partir da influência das leituras de Fredrik Barth (2011) e Manuela Carneiro da Cunha (2017a, 2017b) que, apesar de serem antropólogos que não fazem profundas teorizações sobre os sinais diacríticos, alguns textos seus apontam caminhos para analisá-los<sup>9</sup> e mostram, contrapondo uma noção substancialista de etnicidade, de que modo os conteúdos culturais podem estar relacionados com processos étnicos. A terceira, é que as narrativas sobre as assombrações podem chegar espontaneamente, ou seja, não são necessariamente um produto da necessidade de marcar distinção étnica. As passagens das entrevistas com as duas senhoras supracitadas sugerem isso e, mais ainda, sugerem que as narrativas circulam entre os jequitibaenses no cotidiano, de modo que assombração não é algo a ser tratado apenas diacriticamente. Assim, suas agências existem ou existiram, e é porque existiram/existem que podem ser retiradas de um contexto de existência para um contexto de destaque e supersignificação, ou para um contexto de apresentação ao pesquisador responsável pela elaboração do trabalho que poderá ajudar na titulação do território quilombola.

---

<sup>8</sup> Não sem o estímulo e contribuição das professoras Cíntia Müller e Fátima Tavares do PPGA/UFBA.

<sup>9</sup> No clássico texto de Barth, “Os grupos étnicos e suas fronteiras”, em pouco mais de 40 páginas o antropólogo cita o termo “diacrítico” e suas variantes gramaticais não mais que cinco vezes. No entanto, nas poucas vezes que o faz, deixa claro como se situa a relação dos conteúdos culturais com a organização étnica das diferenças culturais, assim, como características diacríticas exibidas pelos agentes envolvidos. Já Manuela Carneiro da Cunha propõe que a identidade étnica é operada através da seleção de elementos culturais extraídos de um contexto mais amplo e rearranjados para tornarem-se diacríticos.

### **As assombrações e suas agências: Divino, o cavaleiro, o feixe de luz e o pau d’alho**

Outra elaboração-constatação importante, é que aos olhos do jequitibaenses, na maioria das narrativas, assombrações não são um construto simbólico, mental, emocional dos agentes humanos. Não necessariamente, para os habitantes de Jequitibá, as assombrações e suas agências estão na dimensão da produção humana, e por isso cultural (WAGNER, 2010). Fazendo uma correlação com os escritos de Descola e Scarso (2016), se uma ontologia naturalista, ocidental/moderna, tenderia a considerar as agências das assombrações em Jequitibá como uma produção (cultural), a perspectiva dos jequitibaenses, com toda complexidade e gradações que nisso pode haver, tende a encará-las como algo dado, da natureza e, ainda assim, articulá-las como marcador da identidade da Comunidade, o que nos leva a pensar que não apenas os construtos culturais, ou seja, as produções humanas, podem adquirir importância para o grupo quando se busca traçar fronteiras étnico-identitárias. Tal importância pode ser atribuída, também, àquilo que é pensado por determinados agentes sociais como componente do dado ou, pelo menos, como componentes híbridos, que nos escritos de Latour (2019) são aqueles cuja existência escapa à divisão estabelecida pelos modernos entre sociedade e natureza.

No meu retorno à região de Jequitibá, já como mestrando do PPGA-UFBA, decidi problematizar com as famílias jequitibaenses a temática das agências das assombrações na Fazenda. Antes, porém, já tinha ido ao encontro de Lula e Juliane na cidade de Salvador, durante um evento realizado por uma organização da igreja católica que atua junto às comunidades rurais negras, e tinha revelado para o primeiro minha vontade em tratar das assombrações que assustam Jequitibá. Nesse dia Lula me falou de Divino<sup>10</sup>, um homem já falecido, que viveu com sua família na Fazenda Velha, um dos pastos que compreende as várias divisões dos aproximadamente 3.100 hectares da Fazenda Jequitibá, sobre quem eu ouviria mais estórias na minha segunda viagem de campo. Divino falava ter pacto com o demônio, parecia *bicho* e era apelidado de *Cabelo do cão*. Dizia ver sua mãe no inferno. Dele, contraditoriamente, os *padres* administradores da propriedade nutriam respeito e medo. Costumava aparecer com um punhal durante as missas de domingo que as autoridades religiosas celebravam na capela do Mosteiro da Fazenda Jequitibá, onde vivem tais *padres*. Divino faleceu em decorrência de

---

<sup>10</sup> Atribuí um nome fictício para preservar a identificação da pessoa real.

complicações causadas pela doença de diabetes, agravadas após receber tiro de espingarda de um dos filhos.

*Figura 1 - Mosteiro de Jequitibá.*



Meses após sua morte, conta-se que sua casa na Fazenda Velha passou a ser assombrada. O primeiro caso aconteceu ao filho que lhe tinha dado o tiro. Em uma noite, enquanto este estava encostado na parte de fora da casa, observando o cair da chuva, a assombração do pai lhe apareceu, obrigando-o a voltar para dentro assustado. Em outra noite, após os integrantes da família terem feito um dia de trabalho roçando o pasto, quando todos já estavam deitados, ouviu-se barulho de água caindo da torneira da pia da cozinha. Após uma breve discussão sobre quem tinha deixado a torneira aberta, um dos filhos levantou-se para fechá-la, “*se embarçou num caixão*” no meio do domicílio e soltou gritos. Os outros membros da família acabaram levantando da cama. Sucedeu-se uma forte ventania pela habitação e não houve mais quem conseguisse dormir. Diante do susto, acenderam um pequeno fogaréu dentro da casa para iluminar a escuridão que acompanhava a insônia familiar. “*No outro dia pegaram os trapos e vieram morar aqui*”, e estabeleceram-se os membros da família, então, na vila da propriedade, um aglomerado de casas que acomodam hoje todas famílias de Jequitibá que vivem no interior da Fazenda.

As agências das assombrações no local existem desde antes da chegada dos *padres*. Estes, originalmente, uma leva de quase uma dezena entre padres e monges da

ordem cistercienses<sup>11</sup>, vindos da Áustria na década de 1930 do século passado. Pouco antes de sua morte, o Coronel Plínio Tude tinha aberto para os cistercienses a possibilidade de dirigir a Fundação Divina Pastora, por ele fundada e, conseqüentemente, gerirem a fazenda de gado Jequitibá, que viria a ser propriedade da Fundação, sob a condição de beneficiar os trabalhadores da mesma Fazenda. Para alguns dos meus interlocutores da pesquisa, os *padres* vieram para diminuir as assombrações. Com essa finalidade, inicialmente, eles rezavam durante todo o dia.

Um das principais agências de assombrações em Jequitibá é o cavaleiro que galopa pela noite e o feixe de luz que aparece na escuridão, assustando os humanos que perambulam pela Fazenda. As narrativas sobre essas duas agências são, certas vezes, contadas sem estarem relacionadas, como elementos sem ligação mútua. Porém, numa roda de conversa, elas podem ganhar uma coerência entre si, e revelar um imaginário ancorado na escravidão de negros existente no município durante o século XIX<sup>12</sup> e, quando citam o antigo dono da Fazenda e a chegada das autoridades religiosas no local, na própria história oficial da propriedade verificada em documentos como testamento e registro cartorial. Assim é que podemos ouvir falar que o Coronel Plínio Tude “*trabalhava com o não sei o que diga*”, segundo me disse Dona Maria, uma *rezadeira* de 75 anos, nascida em Jequitibá. Ou seja, tinha o abastado fazendeiro um “*pacto com o demônio*” através do qual conseguira acumular poder e dinheiro, o que originou as assombrações locais, como me repetiram jequitibaenses numa roda de conversa pela noite na vila da propriedade. Nessa mesma roda os presentes afirmaram que os “*mais idosos*” contavam que após a morte do Coronel, numa tentativa de enganar o diabo, foi colocado no caixão, em lugar do seu corpo, um tronco de bananeira. Contava-se também, numa narrativa que parece complementar a anterior, que seu corpo acabou sendo enterrado num pasto de Jequitibá, e um boi o teria engolido. Pode-se ouvir dizer que, mesmo assim, ele acabou sendo arrebatado pelo diabo, ou pelo “*boi preto*”, que era na verdade “*o cão*”.

---

<sup>11</sup> As ordens religiosas católicas são instituições cujos membros visam exercer uma vida religiosa seguindo uma tradição específica. No caso da Ordem Cistercienses, desenvolvida entre o fim da alta idade média e o início da baixa idade média, seus membros buscam seguir a Regra de São Bento, também chamada de beneditina, escrita por Bento de Núrsia no século VI (MOSTEIRO TRAPISTA, 2014?).

<sup>12</sup> No Cartório de Notas de Mundo Novo tive acesso à cópia digitalizada do “*Livro Especial de Notas para Compra e Venda de Escravos*”, que contém registros de negociações de escravos no ano de 1873 referente à região que abarca o território de cidades como Morro do Chapéu, Baixa Grande, Mairi (então nomeada como Vila de Monte Alegre) e Mundo Novo. Pode-se verificar, ainda, no trabalho historiográfico de Ana Paula Hora (2014), referências à compra ilegal de cativos, no ano de 1974, pelo provável pai do Coronel, em região que abarca o município de Mundo Novo.

O cavaleiro que vagueia pela noite é então Plínio Tude, que provoca barulhos em cancelas, do qual o cavalo se pode ouvir o som dos galopes ou sentir a poeira que levanta repentinamente quando rapidamente passa, e de quem às vezes ouve-se a voz que chama os meninos na Escola Agrícola da Vila de Jequitibá, primeiro local de moradia dos *padres*, onde o Coronel poderia ter guardado dinheiro. Mas o que procura essa assombração que vive a assustar os humanos de Jequitibá? É comum ouvir estórias de pessoas que se assustaram com o feixe de luz no escuro, uma traíra brilhante ou com um tição de fogo:

Nós vínhamos em quatro companheiros, da Estação [povoado]. Nós vínhamos nesse caminho pra chegar aqui na Fazenda Jequitibá, aí proximamente a Jequitibá, desceu uma luz lá de cima do Mosteiro, uma tocha de luz assim [mostra com as mãos]. Aí um rapaz que vinha [entre os companheiros] ficou dizendo assim: “Sapateia luz! Sapateia luz!”. Aí ela veio e ficou mais ou menos assim na cabeça da estaca, aí o outro rapaz falou assim: “Quer ver eu fazer sumir menino?”, e falou, “Crê em Deus padre!”. Aí desapareceu [a luz]. (Roberto Mendes, jequitibaense de 47 anos)

Nem sempre narrativas como essa fazem menção a Plínio Tude. Porém, ao problematizar essas agências mais diretamente, em um coletivo, pude ouvir que essa luz seria ouro, existindo, então, a dúvida pelos membros das famílias de Jequitibá, se Plínio

*Figura 2 - Mosteiro de Jequitibá no alto, vila da Fazenda Jequitibá na parte de baixo.*





Tude em forma de cavaleiro vive a andar atrás desse metal precioso que poderia estar enterrado em algum lugar. O problema é que “*ouro quando é enterrado no chão, não fica onde esconde*”, daí, “*com muito tempo o ouro fugiu daqui [de onde foi enterrado], mudou*”. O ouro pode ser também algo oriundo dos tempos da escravidão, escondido por negros escravizados que eram obrigados a garimpar. Como eles não podiam vender as pepitas que tinham, já que poderiam ser acusados de roubo, elas acabavam sendo enterradas.

Além das narrativas sobre o ouro, as que ouvi sobre agências de assombrações que ocorrem na região do pau d’alho podem, semelhantemente, relacionar tal existência à escravidão. Há agenciamento de assombrações por toda Fazenda, contudo, há pontos com maiores ocorrências, um destes é onde está localizada a árvore pau d’alho, na margem direita da estrada que corta a propriedade ligando o povoado da Estação à sede do município de Ruy Barbosa. A pessoa que passa pelo local, de motocicleta, bicicleta ou simplesmente a pé, pode ser assombrada recebendo tapas na nuca, uma “*mãozada na boca do ouvido*” ou sentir um calor que surge subitamente em meio ao tempo frio. Uma das duas explicações que me chegaram acerca da existência dessas agências de não

*Figura 3 - Pé de pau d'alho na margem de estrada que corta a Fazenda Jequitibá.*



humanos no pau d’alho, é que no local eram jogados corpos mortos de negros escravizados. Os corpos apodrecidos seriam responsáveis pelo mal odor que a planta um

dia já exalou. A outra explicação é que ali eram jogados corpos de *pagãos*, pessoas não batizadas. Contudo, essa última não seria tão apartada da primeira explicação, já que os escravos, segundo meus interlocutores, não eram batizados, seriam eles, por isso, os pagãos.

É digno de observação que essas agências guardam, para determinadas narrativas e explicações, relação com personagem bíblico, “*diabo*” ou “*demônio*”, além de terem outras referências cristãs, por exemplo, a maneira como os pagãos são descritos: por não serem batizados no catolicismo, acabaram constituindo-se em agências que assombram no local onde seus corpos foram jogados. Tem-se, ainda, a função dos religiosos cistercienses diante dessas agências não humanas, que através de rezas, deveriam fazê-las diminuir. De fato, tais agências não existem na intensidade que já ocorreram em tempos atrás. Contribuiu pra isso, segundo meus interlocutores, não só as rezas dos *padres*, como a implantação da energia elétrica na vila, local para onde, no decorrer da administração cistercienses durante o século XX, as famílias jequitibaenses foram sendo deslocadas, saídas dos *pastos* que subdividem o interior da propriedade.

Figura 4 - Cemitério Divina Pastora, no Mosteiro de Jequitibá. Encostado no muro, túmulos de padres e monges cistercienses



## **Considerações finais**

As agências das assombrações entre os quilombolas jequitibaenses têm o potencial de constituírem-se em sinais diacríticos étnicos, neste sentido, em elementos que os agentes destacam para marcar distinção étnica. Essa constatação implica que os diacríticos, levando em consideração a perspectiva dos meus interlocutores de pesquisa, não podem ser resumidos somente aos conteúdos culturais, são compostos também por aqueles elementos que estão na dimensão do dado, ou que escapam à divisão natureza/sociedade estabelecida pelos modernos.

Em Jequitibá, tais agências podem ser explicadas, pelos humanos do local, como algo atrelado tanto à história da Fazenda – relacionando o antigo dono, o Coronel Plínio Tude, e as autoridades religiosas que hoje a administra – como à história regional – a existência, no passado, da escravidão de negros no município de Mundo Novo e região.

## **Referências bibliográficas**

BARTH, F. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2011. p. 187-227.

CUNHA, M. C. **Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível**. In: Cultura com aspas. São Paulo: Ubu Editora, 2017a. p. 239-249.

CUNHA, M. C. **Religião, comércio e etnicidade: uma interpretação preliminar do catolicismo brasileiro em Lagos no século XIX**. In: Cultura com aspas. São Paulo: Ubu Editora, 2017b. p. 227-238.

DESCOLA P.; SCARSO D. **A ontologia dos outros. Entrevista com Philippe Descola**. Revista de Filosofia Aurora. Vol. 28, n. 43. p. 251-276, 2016.

HORA, A. P. C. C. **Negócios entre senhores: o comércio de escravos em Ferira de Santana (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História)-Departamento de Ciências Humanas da Universidade Estadual da Bahia. Santo Antônio de Jesus, p. 120. 2014.

LATOURETTE, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

MOSTEIRO TRAPISTA. **A ordem cistercienses**. [S.I] [2014?]. Disponível em: <<http://www.mosteirotrapista.org.br/index.php?page=aordemcisterciense>> Acesso em: 28 ago. 2020.

WAGNER, R. **A presunção da cultura; A cultura como criatividade; O poder da invenção**. In: A invenção da cultura. São Paulo: Cosac & Naify, 2010. p. 27-119.